

REQUERIMENTO Número /XI ( .ª)

PERGUNTA Número 3945/XI ( 2 .ª)

|                |          |
|----------------|----------|
| N.º de Entrada | 396864   |
| Classificação  |          |
| Data           | 05/04/08 |
|                | 11/05/11 |

|                      |
|----------------------|
| Expeça-se            |
| Publique-se          |
| 11/05/11             |
| O Secretário da Mesa |
| <i>[Signature]</i>   |

**Assunto: Visita da CPLP à Guiné Equatorial para avaliação de critérios de adesão**

**Destinatário: Ministério dos Negócios Estrangeiros**

*Para determinação do S.E.C.P.A.R.  
Seu Secretário da Mesa*

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

11.05.11

O Bloco de Esquerda expressou, já em 2010 e em Março deste ano, a sua preocupação relativamente à candidatura da Guiné Equatorial a membro permanente da CPLP que parece justificar-se apenas por razões económicas e oportunistas. Consideramos que a Guiné Equatorial não reúne as condições mínimas necessárias para aderir à organização uma vez que não respeita os seus princípios fundadores, como se pôde, aliás, confirmar pelos acontecimentos do primeiro trimestre deste ano e para os quais o Bloco chamou a atenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

É indiscutível que o regime do Presidente Teodoro Obiang Nguema, que lidera a Guiné Equatorial desde 1979, é considerado pela comunidade internacional como repressivo e corrupto, ideia corroborada por numerosos relatórios de diversas ONG's. E essa sua natureza anti-democrática foi uma vez mais reiterada em Março de 2011 com a proibição pelo Governo da difusão de notícias sobre as transformações democráticas no Norte de África.

Neste quadro, a recente visita para aferir do cumprimento dos critérios de adesão, nomeadamente em termos de direitos humanos e política educativa, arrisca-se a ser uma operação de branqueamento da realidade do regime de Obiang. Desta visita oficial deverá resultar um relatório que será analisado em Junho no Conselho de Ministros da CPLP e posteriormente remetido para a Cimeira da CPLP que se realizará em 2012 e que poderá tomar uma decisão acerca da adesão. Todavia, antes mesmo de serem apurados os resultados desta visita, o Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, declarou que seria desejável que se conseguissem avanços para que a candidatura da Guiné-Equatorial à CPLP tivesse êxito. Estas declarações dão toda a razão de ser aos receios do Bloco de Esquerda: a adesão da Guiné-Equatorial é respaldada por interesses estratégicos que se sobrepõem a critérios exigentes de direitos humanos e democracia. Parece não preocupar a CPLP e os seus Estados membros, a começar por



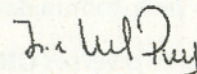
Portugal, o prestígio, idoneidade e o cumprimento dos princípios fundadores de uma organização internacional como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Importa por isso conhecer a posição do Governo português face a este país no quadro da CPLP e da política externa portuguesa.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:*

1. Que publicidade tenciona o Governo dar ao relatório da visita da CPLP à Guiné Equatorial?
2. Que garantias dá o Governo de que levará em consideração outros elementos fidedignos de informação sobre a situação da democracia e dos direitos humanos na Guiné Equatorial, designadamente os relatórios das mais reputadas organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos e da democracia naquela região do globo de tal forma que seja efectivamente assegurado o cumprimento escrupuloso dos critérios de adesão fixados nos instrumentos criadores da CPLP?

Palácio de São Bento, 9 de Maio de 2011.

**O Deputado**



**José Manuel Pureza**